

DÍVIDA INTERNA

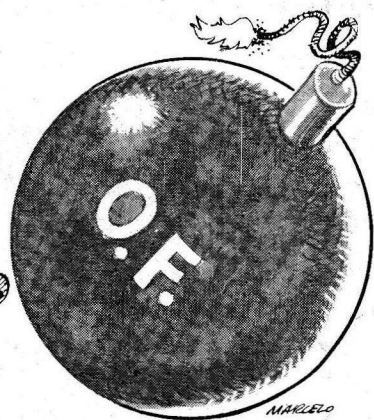
Orçamento fiscal tem Cr\$ 6 trilhões sem

BRASÍLIA — Depois de 60 dias de estudos e análises, o Governo da Nova República concluiu que recebeu da administração anterior um orçamento fiscal com despesas de Cr\$ 6 trilhões que ainda estão sem cobertura.

O orçamento da União reflete não apenas uma visão irrealista da taxa de inflação utilizada pelo Governo anterior (120 por cento para este ano), garantem os técnicos do Planejamento, mas aspectos difíceis de serem tecnicamente justificados. Os itens que estão sendo considerados questionáveis pelo Planejamento se referem às dotações inicialmente previstas para o pagamento de pessoal e encargos sociais, para as transferências a Estados e Municípios, para a conta de "Amortizações e encargos financeiros", para a conta "Contrapartidas nacionais de empréstimos externos" e para a conta "Outros custeios e capital".

O caso considerado mais grave pelos técnicos do Planejamento são as dotações para o pagamento de pessoal e encargos sociais. Elas foram fixadas inicialmente em Cr\$ 11,8 trilhões, mas fonte credenciada do Governo informou que nesse montante não foram incluídas as despesas adicionais provenientes dos reajustes salariais do funcionalismo público em janeiro e julho deste ano. Isto significa que o montante de Cr\$ 11,8 trilhões reflete as despesas com pessoal e encargos ao preço de dezembro de 1984.

Além disso, o ex-Presidente Figueiredo autorizou, no início deste



ano, a contratação de mais de 20 mil funcionários e concedeu novos benefícios e promoções ao funcionalismo, depois que a proposta orçamentária já tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional. O resultado de tudo isso é que a previsão dos gastos com pessoal e encargos, em 1985, já é de Cr\$ 38,2 trilhões, 223 por cento a mais que a estimativa inicial. O Governo já destinou uma verba complementar de Cr\$ 21 trilhões para pessoal e encargos, mas ainda faltam arranjar Cr\$ 5,3 trilhões.

Outro aspecto do orçamento considerado questionável é a dotação fixada para a conta "Amortização e encargos de financiamentos", que se destina ao pagamento de dívidas internas e externas da União e os juros desses débitos. O orçamento original previa Cr\$ 8,7 trilhões para essa conta, enquanto a estimativa atual é de que serão necessários Cr\$ 14,5 trilhões, 66 por cento a mais. Os técnicos do Planejamento garantem que essa conta foi subestimada, pois a diferença entre o inicialmente previsto e o que vai ser efetivamente

gasto não pode ser atribuído apenas à inflação.

Ainda na área de dívida externa, as mesmas fontes afirmam que as dotações para a conta "Contrapartidas nacionais de empréstimos externos" não é compatível com a meta de captação de recursos necessários ao fechamento do balanço de pagamentos do País. Essas contrapartidas em cruzeiros são necessárias para a contratação de recursos de entidades como o Banco Mundial (Bird) e a sua subestimação poderá inviabilizar a meta de obtenção de empréstimos do Bird, que era de US\$ 1,2 bilhão a US\$ 1,3 bilhão este ano.

Os técnicos chamam a atenção ainda para duas contas: "Outros custeios e capital" e as transferências para Estados e Municípios. No primeiro caso, a dotação de Cr\$ 4,8 trilhões prevista no orçamento é igual ao que foi efetivamente gasto por esta conta no exercício de 1984. Neste caso, não houve sequer correção pela taxa de 120 por cento de inflação, utilizada como parâmetro para o orçamento com um todo.

No caso das transferências para Estados e Municípios, os mesmos técnicos garantem que a previsão inicial de Cr\$ 18,7 trilhões não é compatível com a elevação do percentual dessas transferências prevista pela Emenda Passos Porto para 1985. Essa emenda à Constituição determinou que os percentuais dos fundos de participação dos Estados e Municípios passariam, este ano, dos 29 por cento de 1984 para 32 por cento sobre as receitas dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados. A previsão atual é que essas transferências cheguem a Cr\$ 27,8 trilhões.

cobertura